

Notas Explicativas



Eduardo Assumpção

INICIAL



Notas Explicativas



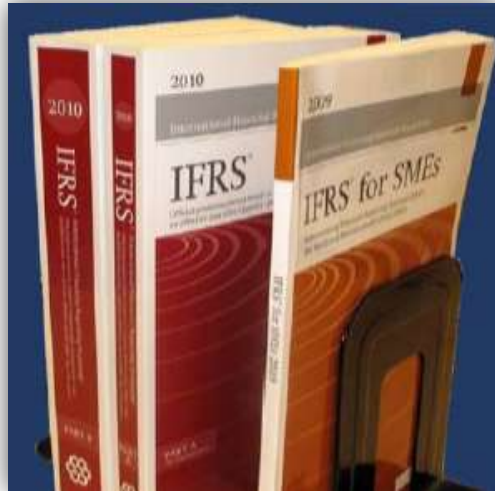
Os Casos Práticos que Serão Apresentados



Marco Regulatório da Convergência IFRS Pequenas e Médias Empresas

PME

IFRS PME





PME

Conteúdo Programático

Marco Regulatório da Convergência IFRS PME

- **Resolução 1.255 / 09**
- **Os modelos disponíveis no mercado e o *item 10.6.***
- **“Comprehensive Review of the IFRS SME”**
- **As Seções do IFRS PME e os Pronunciamentos Correlatos**
- **Obrigatoriedade pela Adoção do IFRS PME**
- **As Novas Taxonomias**
- **“Extinção” da Conta Lucros Acumulados (Resolução CFC 1.157 / 09)**
- **Resolução CFC 1.418 / 12 – Micro Empresas**
- **Resolução CFC 1.319 / 10 – Dispensa de Demonstrações Comparativas**

Marco Regulatório da Convergência IFRS Pequenas e Médias Empresas

PME

No Brasil, em dezembro de 2009, o CPC aprovou o Pronunciamento Técnico PME – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, sendo o equivalente da IFRS para PMEs (IASB). O CPC PME foi homologado pela Resolução CFC nº 1.255/09, o qual entrou em vigor nos exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2010.

NBC TG 1.000/ 09

Marco Regulatório da Convergência IFRS Pequenas e Médias Empresas

PME



Marco Regulatório da Convergência IFRS Pequenas e Médias Empresas

• PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS	Seção 1	-----
• CONCEITOS E PRINCÍPIOS GERAIS	Seção 2	CPC 00
• APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	Seção 3	CPC 26 (R1)
• BALANÇO PATRIMONIAL	Seção 4	CPC 26 (R1)
• DRE E DRE ABRANGENTE	Seção 5	CPC 26 (R1)
• DMPL E DE LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	Seção 6	CPC 26 (R1)
• DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	Seção 7	CPC 26 (R1)
• NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	Seção 8	CPC 26 (R1)
• DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS E SEPARADAS	Seção 9	CPC 36 R2* 35 R1
• POL. CONT., MUDANÇA DE ESTIMATIVA E RET. DE ERRO	Seção 10	CPC 23
• INSTRUMENTOS FINANCEIROS BÁSICOS	Seção 11	CPC 38, CPC 39
• OUTROS TÓPICOS SOBRE INSTRUMENTOS FINANCEIROS	Seção 12	CPC 40
• ESTOQUES	Seção 13	CPC 16 R1
• INVESTIMENTO EM CONTROLADA E EM COLIGADA	Seção 14	CPC 18 R1
• INVESTIMENTO EM <i>JOINT VENTURE</i>	Seção 15	CPC 19 R1
• PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO	Seção 16	CPC 28

- ATIVO IMOBILIZADO
- ATIVO INTANGÍVEL EXCETO *GOODWILL*
- COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS E *GOODWILL*
- OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL
- PROV., PASSIVOS CONTING. E ATIVOS CONTING.
- PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO
- RECEITAS
- SUBVENÇÃO GOVERNAMENTAL
- CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS
- PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES
- REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS
- BENEFÍCIOS A EMPREGADOS
- TRIBUTOS SOBRE O LUCRO
- TAXAS DE CÂMBIO E CONV. DE DEMONS. CONTÁBEIS
- HIPERINFLAÇÃO
- EVENTO SUBSEQUENTE
- DIVULGAÇÃO SOBRE PARTES RELACIONADAS
- ATIVIDADES ESPECIALIZADAS
- ADOÇÃO INICIAL DESTA NORMA

Seção 17	CPC 27
Seção 18	CPC 04
Seção 19	CPC 15 (R1)
Seção 20	CPC 06 (R1)
Seção 21	CPC 25
Seção 22	CPC 26 (R1)
Seção 23	CPC 30
Seção 24	CPC 07 (R1)
Seção 25	CPC 20 (R1)
Seção 26	CPC 10 (R1)
Seção 27	CPC 01
Seção 28	CPC 33
Seção 29	CPC 32
Seção 30	CPC 02 (R2)
Seção 31	CPC 42 (<i>não emitido</i>)
Seção 32	CPC 24
Seção 33	CPC 05 (R1)
Seção 34	CPC 29 e ICPC 01
Seção 35	CPC 13, 37 e 41

Marco Regulatório da Convergência IFRS

Pequenas e Médias Empresas

PME**OBRIGATORIEDADE**

As micro, pequenas, médias e grandes empresas são obrigadas a contabilizar de acordo com as novas regras contábeis no Brasil a partir de 2010?

Seção 01 Item 1.3

“As sociedades limitadas e demais sociedades comerciais, **desde que não enquadradas pela lei Nr. 11.638/07 como sociedades de grande porte**, também são tidas, para fins desta Norma, como pequenas e médias empresas”.

Marco Regulatório da Convergência IFRS Pequenas e Médias Empresas

PME

As Novas Taxonomias

LEI Nº 11.638, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2007.

Demonstrações Financeiras de Sociedades de Grande Porte

Art. 3º Aplicam-se às sociedades de grande porte, ainda que não constituídas sob a forma de sociedades por ações, as disposições da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), sobre escrituração e elaboração de demonstrações financeiras e a obrigatoriedade de auditoria independente por auditor registrado na Comissão de Valores Mobiliários.

Parágrafo único. Considera-se de grande porte, para os fins exclusivos desta Lei, a sociedade ou conjunto de sociedades sob controle comum que tiver, no exercício social anterior, **ativo total superior a R\$ 240.000.000,00 (duzentos e quarenta milhões de reais)** ou **receita bruta anual superior a R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais)**.

**Demonstração do
Fluxo de Caixa
Art. 176 da 6404/76**

§ 6º A companhia fechada com patrimônio líquido, na data do balanço, **inferior a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais)** não será obrigada à elaboração e publicação da **demonstração dos fluxos de caixa**. [\(Redação dada pela Lei nº 11.638, de 2007\)](#)

Marco Regulatório da Convergência IFRS Pequenas e Médias Empresas

PME


Extinção da Conta “Lucros Acumulados”

Art. 178 DA LEI 6.404/76

III – patrimônio líquido, dividido em capital social, reservas de capital, ajustes de avaliação patrimonial, reservas de lucros, ações em tesouraria e prejuízos acumulados. [\(Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009\)](#)

RESOLUÇÃO CFC Nº. 1.157/09

Lucros acumulados

 115. A obrigação de essa conta não conter saldo positivo aplica-se unicamente às sociedades por ações, e não às demais, e para os balanços do exercício social terminado a partir de 31 de dezembro de 2008. Assim, saldos nessa conta precisam ser totalmente destinados por proposta da administração da companhia no pressuposto de sua aprovação pela assembléia geral ordinária.

Marco Regulatório da Convergência IFRS

Pequenas e Médias Empresas

PME

Resolução CFC nº 1.418/12

Esta Interpretação estabelece critérios e procedimentos simplificados a serem observados pelas entidades definidas e abrangidas pela NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, que optarem pela adoção desta Interpretação.



Estrutura Conceitual

Ativos , Passivos e PL

Ativo	Bens e Direitos
Passivo	Obrigações
Resultado	Princípio da Realização da Receita
Avaliação	Custo como Base de Valor
Depreciação	Limites máximos
Princípios	Conservadorismo

Princípios de Contabilidade

Competência
Materialidade

Fidedignidade
Oportunidade

O Princípio da Oportunidade refere-se ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais para produzir informações íntegras e tempestivas.





Estrutura Conceitual
Ativos , Passivos e PL

Ativos



Passivos



Patrimônio Líquido

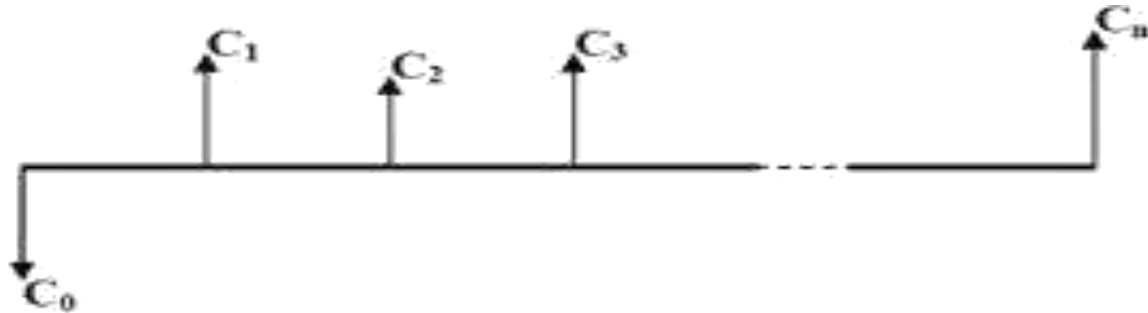




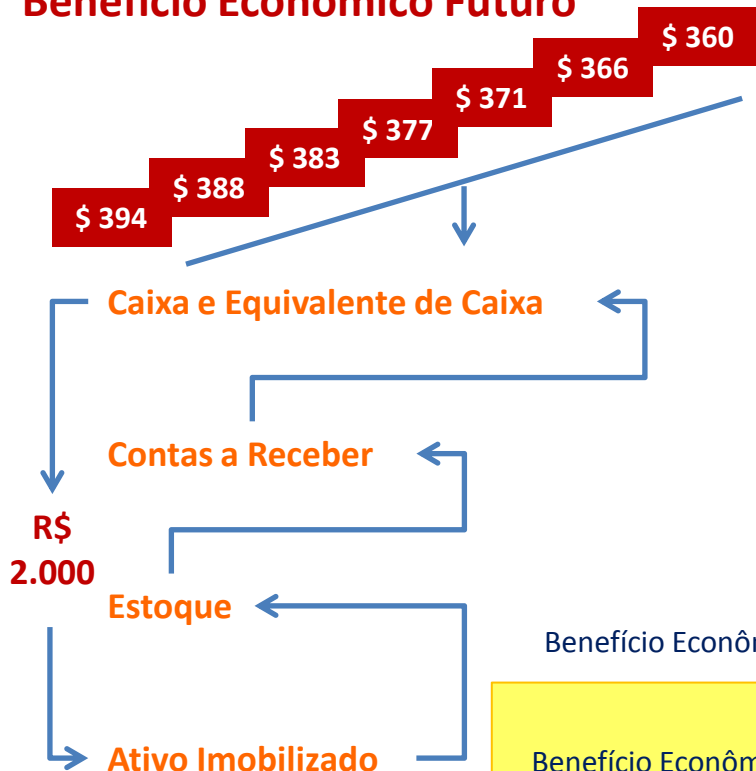
Estrutura Conceitual

Benefício Econômico Futuro

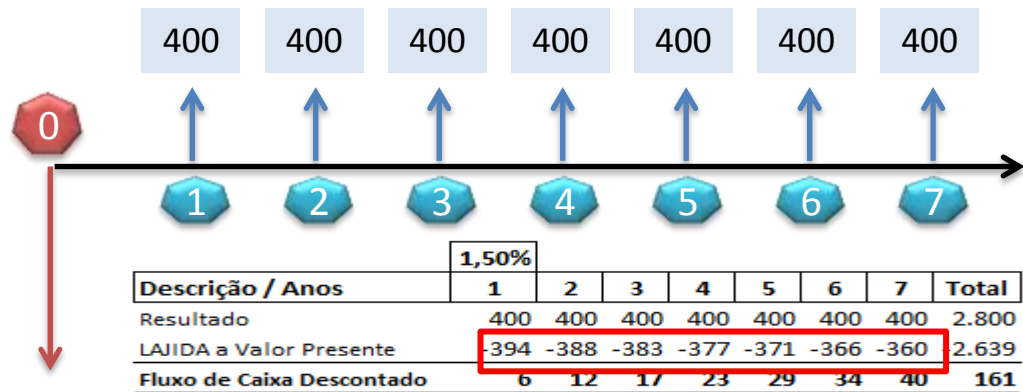
O benefício econômico futuro do ativo é o seu potencial de contribuir, direta ou indiretamente, para com o fluxo de caixa e equivalentes de caixa para a entidade. Esses fluxos de caixa podem **vir do uso** de ativo ou de **sua liquidação**..



Benefício Econômico Futuro



Lucro Líquido antes dos Impostos (LAJIDA) em R\$ (000)



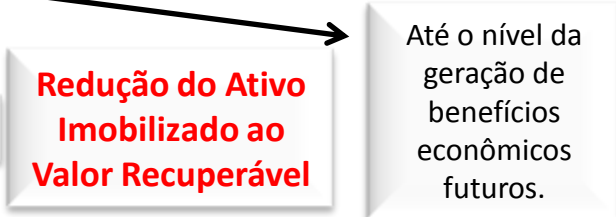
Capitalização de R\$ 2.000

LAJIDA AVP = R\$ 2.639

Benefício Econômico Futuro = R\$ 639

LAJIDA AVP = R\$ 1.800

Benefício Econômico Futuro = R\$ (200)



Capacidade de Geração de Riqueza

Quando não há capacidade?

Impairment

Redução do Ativo Imobilizado ao Valor Recuperável

Até o nível da geração de benefícios econômicos futuros.

Contabilidade a Valor Justo

/-----Variações do Custo Histórico-----/
 /-----Valor Justo-----/

ATIVOS						
ATIVOS CIRCULANTES						
Caixa e equivalente de caixa	NOVO					
Investimentos financeiros de curto prazo	NOVO					
Contas a Receber						
Estoques	NOVO – Ativos Biológicos					
Impostos a recuperar						
Partes Relacionadas	NOVO					
Total dos ativos circulantes						
ATIVOS NÃO CIRCULANTES						
Impostos sobre a Renda Diferidos	NOVO					
Depósitos judiciais	NOVO					
Investimentos	BR GAAP	MEP				
Propriedade para Investimentos	NOVO					
Imobilizado	NOVO – Ativos Biológicos					
Intangível	NOVO					
Total dos ativos não circulantes						
TOTAL DOS ATIVOS						

Contabilidade a Valor Justo

/-----Variações do Custo Histórico-----/ **INICIAL**
 /-----Valor Justo-----/

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Passivos Circulantes					
Fornecedores					
Obrigações sociais e trabalhistas					
Empréstimos e financiamentos					
Impostos sobre o lucro a pagar					
Partes Relacionadas					NOVO
Total dos passivos circulantes					
Passivos não circulantes					
Empréstimos e financiamentos					
Contingencias					
Total passivos não circulantes					
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital					
Reserva de lucros					
Ajustes de avaliação patrimonial					NOVO
AFAC					NOVO
Prejuízos acumulados					NOVO
Total Patrimônio Líquido					



- 1 ➤ **Declaração de conformidade** com esta Norma (item 3.3);
- 2 ➤ Resumo das principais **práticas contábeis** utilizadas (item 8.5);
- 3 ➤ Fontes importantes de incerteza **das estimativas**, que **tenham risco significativo** de provocar modificação durante o **próximo exercício financeiro** (Item 8.7);
- 4 ➤ **Informações de auxílio** na ordem em que cada conta é apresentada na demonstração (item 8.4c);
- 5 ➤ Indicar em cada item das demonstrações contábeis **a referência** com a respectiva informação nas notas explicativas (Item 8.3);

INICIAL



Resumo das principais **práticas contábeis** utilizadas (item 8.5)

2.01 - Base de Elaboração

2.02 - Moeda Funcional e de Apresentação

2.03 - Caixa e Equivalente de Caixa

2.04 - Instrumentos Financeiros

2.05 - Contas a Receber

2.06 - Estoques

2.07 - Arrendamento Mercantil

2.08 - Imobilizado

2.09 - Intangível

2.10 - Redução ao Valor Recuperável dos Ativos

2.11 - Contas a Pagar Fornecedores

2.12 - Empréstimos e Financiamentos

2.13 - Imposto de Renda e Contribuição Social

2.14 - Benefícios a Empregados

2.15 - Capital Social

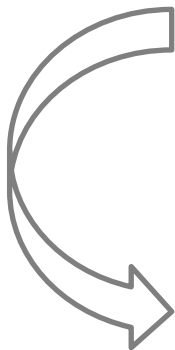
2.16 - Reconhecimento de Receita

2.17 - Ajuste ao Valor Presente

Notas explicativas
Base legal e Regulatória

§ 5o da
Lei 6.404/76
Art. 176.
(Lei 11.941/09)

INICIAL



IAS 1
Presentation of Financial Statements
CPC 26 (R1)
Apresentação das Demonstrações Contábeis
Seção 08
Estrutura das Notas Explicativas



3.24 A entidade **deve** divulgar as seguintes informações nas notas explicativas:

- (a) o domicílio e a forma legal da entidade, seu país de registro e o endereço de seu escritório central (ou principal local de operação, se diferente do escritório central);
- (b) descrição da natureza das operações da entidade e de suas principais atividades.

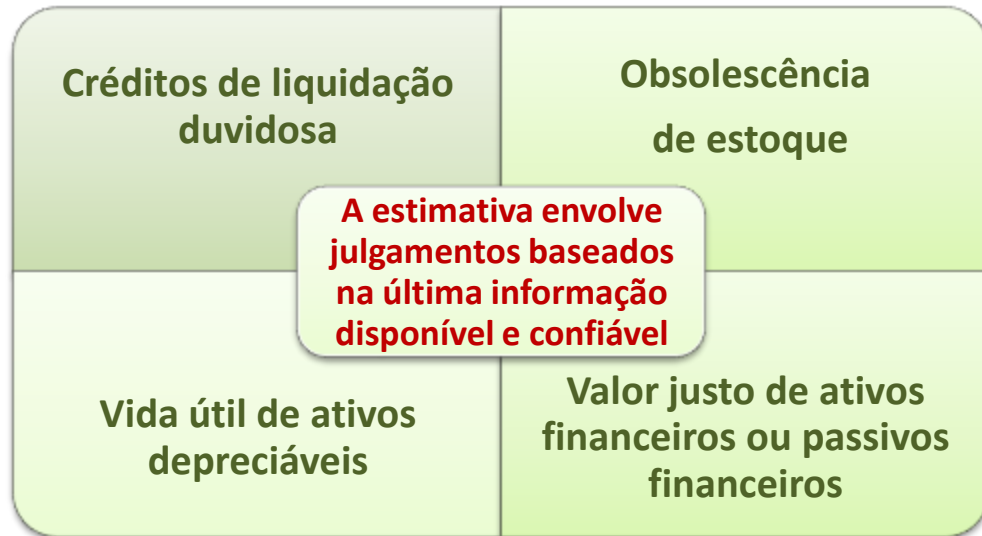


1. Informações gerais: A Level Up! Interactive S.A. (“Companhia”) iniciou suas operações em fevereiro de 2005 e tem como objeto social: **(a)** comercialização, administração e licenciamento de jogos online em geral, mas não se limitando ao do tipo “MMOG - Massively Multimedia Online Games”; **(b)** comercialização de publicidade em jornais, revistas, eventos, Internet e em jogos, **(c)** prestação de serviços na Internet; **(d)** licenciamento de qualquer produto relacionado a jogos on-line em geral, inclusive mas não se limitando ao do tipo “MMOG” comercializado, administrado ou licenciado pela Companhia; **(e)** desenvolvimento, aquisição, venda e licenciamento de produtos relacionados a mídia e computadores, incluindo software; **(f)** desenvolvimento, aquisição, produção, venda e licenciamento de jogos, brinquedos e produtos relacionados aos jogos; **(g)** prestação de serviços de entretenimento em geral; **(h)** prestação de serviços de tecnologia em geral; e **(i)** participação em outras sociedades e empreendimentos como sócio, acionista ou quotista. **A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 25 de março de 2013.**





Fontes importantes de incerteza **das estimativas**, que **tenham risco significativo** de provocar modificação durante o **próximo exercício financeiro**
(Item 8.7)





3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos: A Companhia faz estimativas e estabelece premissas com relação ao futuro, baseada na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício estão divulgadas abaixo. **Imposto de renda e contribuição social:** A Companhia reconhece provisões para situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final dessas questões for diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetarão os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo for determinado.



2.01 - Base de Elaboração

2.1 Base de preparação e apresentação: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o CPC PMEs (R1). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir seu valor justo. A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com o CPC PME (R1) requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na **Nota 3**.



2. Apresentação das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras da Sociedade, inclusive as notas explicativas, estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicadas de outra forma. Essas demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com a **NBC TG 1000 - Contabilidade para pequenas e médias empresas** e **NBC TG 21 - Demonstração Intermediária**. As demonstrações financeiras condensadas intermediárias não incluem todas as informações requeridas para as demonstrações financeiras anuais, e devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012. Considerando as atividades em que a Sociedade se envolve, a natureza de suas transações não é cíclica nem sazonal. Consequentemente, não foram fornecidas divulgações sobre sazonalidade nessas notas explicativas às demonstrações financeiras condensadas intermediárias referentes ao período findo em 30 de abril de 2013.



2.01 - Base de Elaboração

10.6 Ao fazer o julgamento descrito no item 10.4, a administração pode considerar, também, as exigências e orientações das normas completas, lidando com questões semelhantes e relacionadas.



2.01 - Base de Elaboração

10.5 Ao fazer o julgamento descrito no item 10.4, a administração deve fazer referência, e considerar a aplicabilidade, às seguintes fontes, em ordem decrescente:

- (a) as exigências e orientação desta Norma, lidando com questões semelhantes e relacionadas; e
- (b) as definições, critérios de reconhecimento e conceitos de mensuração para ativos, passivos, receitas e despesas, e os princípios globais da Seção 2 – Conceitos e Princípios Gerais.



2.01 - Base de Elaboração

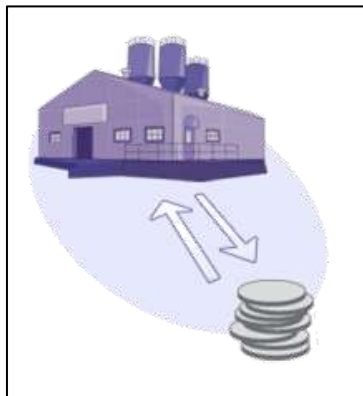
10.4 Se esta Norma não trata especificamente uma transação, outro evento ou condição, a administração da entidade deve usar seu julgamento no desenvolvimento e aplicação da prática contábil que resulte em informações que sejam:

- (a) relevantes às necessidades para a tomada de decisão econômica dos usuários; e
- (b) confiáveis, no sentido de que as demonstrações contábeis:
 - (i) representem adequadamente a posição patrimonial e financeira, o desempenho e os fluxos de caixa da entidade;
 - (ii) reflitam a substância econômica das transações, de outros eventos e condições, e não meramente sua forma legal;
 - (iii) sejam neutros, isto é, sem distorção ou tendenciosidade;
 - (iv) sejam prudentes; e
 - (v) sejam completos em todos os aspectos relevantes.



Moeda Funcional, Apresentação e Transações e Saldo em Moeda Estrangeira

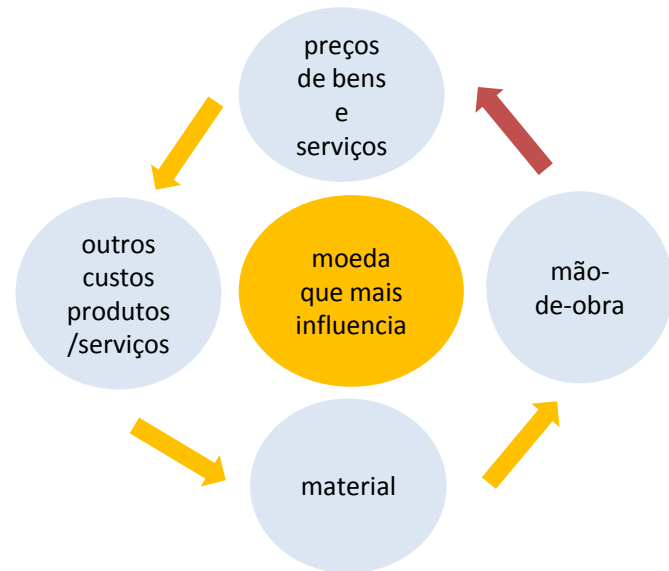
Determinação da Moeda Funcional



O ambiente econômico principal no qual uma entidade opera, aquele em que ela fundamentalmente gera e desembolsa caixa.

Moeda funcional

30.2 Cada entidade deve identificar sua moeda funcional. A moeda funcional da entidade é a moeda do ambiente econômico principal no qual a entidade opera.





2.02 - Moeda Funcional e de Apresentação

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação: Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua (“a moeda funcional”). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação. **(b) Operações e saldos:** As operações com moedas estrangeiras são convertidas em moeda funcional com base nas taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão dos ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira pelas taxas de câmbio do final do exercício são reconhecidos na demonstração do resultado. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. Todos os outros ganhos e perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como “Outros ganhos / (perdas)”





Moeda Funcional, Apresentação e Transações e Saldos em Moeda Estrangeira

Descrição - Fornecedor a Pagar	U\$S	Taxa	R\$
Saldo anterior em 31/12/2009	55.000	1,876	103.108
Variação cambial			7.167
Saldo atual em 31/12/2010	55.000	2.005	110.275



Descrição	Débito	Crédito
Despesa Financeira	7.167	
Fornecedor a Pagar (em U\$S)		7.167



Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis

30.7 A entidade deve contabilizar uma transação em moeda estrangeira, no seu reconhecimento inicial na moeda funcional, por meio da aplicação, na importância em moeda estrangeira, da taxa de câmbio à vista entre a moeda funcional e a moeda estrangeira na data da transação.



Informações de auxílio na ordem em que **cada conta** é apresentada na demonstração
(Item 8.4c)

4.4 todos os ativos e passivos devem ser apresentados por ordem de liquidez (ascendente ou descendente), obedecida a legislação vigente.



Art 178 da LEI No 6.404, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1976.

ATIVO

PASSIVO

DRE

DRA

FC

DMPL

NOTAS EXPLICATIVAS

5

Indicar em cada item das demonstrações contábeis a **referência** com a respectiva informação nas notas explicativas

(Item 8.3)

Balço patrimonial em 31 de dezembro - Em milhares de reais					
Ativo	2012	2011	Passivo e patrimônio líquido	2012	2011
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalente de caixa (Nota 5)	5.894	4.332	Fornecedores (Nota 11)	9.337	6.278
Contas a receber de clientes (Nota 6)	3.506	3.318	Obrigações sociais (Nota 12)	1.027	958
Contas a receber de partes relacionadas (Nota 20)	1.886	14	Impostos a recolher (Nota 13)	400	532
Estoques (Nota 7)	347	219	Imposto de renda e contribuição social a pagar (Nota 14)	210	206
Adiantamento a fornecedores	459	206	Receita diferida	282	154
Dividendos antecipados	-	7.585	Contas a pagar de partes relacionadas (Nota 20)	958	808
Direitos autorais antecipados (Nota 8)	3.518	563	Dividendos a pagar	1.311	2.437
Outras contas a receber	216	196		<u>13.525</u>	<u>11.373</u>
	<u>15.826</u>	<u>16.433</u>	Não circulante		
Não circulante			Fornecedores (Nota 11)	593	544
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 14)	2.209	3.045	Provisão para contingências (Nota 15)	495	350
Despesa antecipada	20	7		<u>1.088</u>	<u>894</u>
Imobilizado (Nota 9)	4.010	3.566	Patrimônio líquido (Nota 16)		
Intangível (Nota 10)	7.461	5.313	Capital social	4.190	4.190
Diferido	11	42	Reserva legal	838	838
	<u>13.711</u>	<u>11.973</u>	Reserva de lucros	9.896	11.111
Total do ativo	<u>29.537</u>	<u>28.406</u>	Total do patrimônio líquido	<u>14.924</u>	<u>16.139</u>
			Total do passivo e do patrimônio líquido	<u>29.537</u>	<u>28.406</u>



2.03 - Caixa e Equivalente de Caixa

2.3. Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses (com risco insignificante de mudança de valor).

5. Caixa e equivalentes de caixa	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Caixa e bancos	2.299	1.908
Aplicações financeiras	<u>3.595</u>	<u>2.424</u>
	<u>5.894</u>	<u>4.332</u>

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a certificados de depósito bancário, remunerados a taxas que variam de 98,5% a 100,0% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI. As aplicações financeiras podem ser resgatadas a qualquer momento pela Companhia sem qualquer ônus e/ou incidência de multa.

LEVEL LP!





2.04 - Instrumentos Financeiros

b) Definições, Classificação e Mensuração dos Instrumentos Financeiros Básicos e Outros Tópicos

Definições

Um instrumento financeiro é um contrato que gera um ativo financeiro para a entidade, e um passivo financeiro ou instrumento financeiro para outra entidade.

A entidade contabiliza os seguintes instrumentos financeiros básicos:

- Caixa e Equivalentes de Caixa; e
- Contas a Receber.

Outros instrumentos financeiros que não são considerados como básicos são classificados como "Outros tópicos sobre instrumentos financeiros".



2.04 - Instrumentos Financeiros

Classificação dos Ativos e Passivos Financeiros para Fins de Mensuração

Os ativos e passivos financeiros básicos são mensurados ao custo amortizado deduzido de perda por redução ao valor recuperável, exceto investimentos em ações preferenciais e ações ordinárias não resgatáveis por decisão do portador que são negociadas em mercados organizados (em bolsa de valores, por exemplo) ou cujo valor justo possa ser mensurado de modo confiável, que são avaliadas a valor justo com as variações do valor justo reconhecidas no resultado.



2.04 - Instrumentos Financeiros

Classificação dos Ativos e Passivos Financeiros para Fins de Apresentação

Os ativos financeiros são classificados por natureza nas seguintes rubricas do balanço patrimonial:

- “Caixa e Equivalentes de Caixa” - saldos de caixa e saldos credores à vista;
- “Aplicações” - créditos de qualquer natureza em nome de instituições financeiras; e
- “Contas a Receber” - inclui todos os demais créditos com natureza de ativos financeiros em nome de clientes.

Os Passivos financeiros ao custo amortizado incluem o valor das obrigações de pagamento com natureza de passivos financeiros.



2.04 - Instrumentos Financeiros

2.10 - Empréstimos: Os empréstimos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação (ou seja, pelo valor a pagar ao banco, incluindo os custos da transação) e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado. As despesas com juros são reconhecidas com base no método de taxa de juros efetiva e incluídas em despesas financeiras. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.





2.04 - Instrumentos Financeiros



TIR
10.000,00
- 1.067,18
- 1.067,18
- 1.067,18
- 1.067,18
- 1.067,18
- 1.067,18
- 1.067,18
- 1.067,18
- 1.067,18
- 1.067,18

	DÍVIDA DO ARRENDAMENTO	DESPESA DE JUROS	REDUÇÃO DA DÍVIDA	PAGAMENTO MENSAL	DÍVIDA DO ARRENDAMENTO
1	10.000,00	120,00	947,18	1.067,18	9.052,82
2	9.052,82	108,63	958,55	1.067,18	8.094,27
3	8.094,27	97,13	970,05	1.067,18	7.124,23
4	7.124,23	85,49	981,69	1.067,18	6.142,54
5	6.142,54	73,71	993,47	1.067,18	5.149,07
6	5.149,07	61,79	1.005,39	1.067,18	4.143,68
7	4.143,68	49,72	1.017,46	1.067,18	3.126,22
8	3.126,22	37,51	1.029,67	1.067,18	2.096,55
9	2.096,55	25,16	1.042,02	1.067,18	1.054,53
10	1.054,53	12,65	1.054,53	1.067,18	0,01

Memória de Cálculo
 $10.000 \times 0,012 = 120,00$

$1.067,18 - 120,00 = 947,18 =$

$10.000,00 - 947,18 \times 0,012 = 108,63$

Modo inapropriado de reconhecimento à "Despesa Financeira"
 $671,80 / 10 = 67,18$



2.4. Contas a receber de empresa ligada: As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da transação e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa. Uma provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber.



2.05 - Contas a Receber



20. Transações com partes relacionadas: A Companhia é controlada por Level Up! International Holding Pte Ltd., com 99.99% das ações da Companhia. Os 0,01% restantes são distribuídos entre AB Colayco e José B Colayco. Os seguintes saldos e transações com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2012 foram o seguinte:

	2012			2011		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Level Up International Holding (a)	1.886	958	253	14	808	(102)
	<u>1.886</u>	<u>958</u>	<u>253</u>	<u>14</u>	<u>808</u>	<u>(102)</u>

O valor a receber refere-se à empréstimos a Level Up Holding, e despesas gerais pagas pela Companhia em nome da Level Up Colômbia e que serão ressarcidas pela Level Up holding, e o valor a pagar refere-se à aquisição de licença de jogos desenvolvidos pela holding.



2.06 - Estoques

2.5 Estoques: Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação de estoque "custo médio ponderado" e o valor líquido de realização corresponde ao preço de venda estimado menos custos para concluir e vender. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreendem matéria-prima, mão de obra direta, embalagem, outros custos diretos e os respectivos gastos indiretos de produção. Os estoques são avaliados quanto ao seu valor recuperável nas datas de balanço. Em caso de perda por desvalorização (*impairment*), esta é imediatamente reconhecida no resultado.



7. Estoques	2012	2011
Revistas	618	366
Provisão para obsolescência	(271)	(147)
	<u>347</u>	<u>219</u>

O custo dos estoques reconhecidos no resultado do exercício de 2012 totalizou R\$ 1.067 (2011 - R\$ 881).



2.07 - Arrendamento Mercantil

É um acordo pelo qual o arrendador transmite ao arrendatário em troca de um pagamento ou série de pagamentos o direito de usar um ativo por um período de tempo acordado.

Arrendamento mercantil financeiro

É aquele em que **há transferência substancial dos riscos e benefícios** inerentes à propriedade de um ativo. **O título de propriedade pode ou não** vir a ser transferido.

Arrendamento mercantil operacional

Ele **não transfere substancialmente todos os riscos e benefícios** inerentes à propriedade.



2.06 - Estoques

i) Arrendamentos

(i) Operacionais

Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.



PILOT

Deloitte



2.07 - Arrendamento Mercantil

Arrendamento mercantil financeiro

Arrendamento mercantil operacional



A classificação de um arrendamento mercantil como arrendamento mercantil financeiro ou arrendamento mercantil operacional **depende da essência da transação e não da forma do contrato.**

ATIVO **PASSIVO** **DRE** **DRA** **FC** **DMPL**

→ → → → → → → → **NOTAS EXPLICATIVAS**

← ← ← ← ← ← ← ←

2

2.08 - Imobilizado

Empréstimo

São Paulo

Elementos do Custo

Rio de Janeiro

120 Meses

Aquisição

Transporte

Seguro

Recebimento

Obra Civil

Treinamento

Encargos Financeiros

\$\$\$

Ganhos Financeiros

Venda

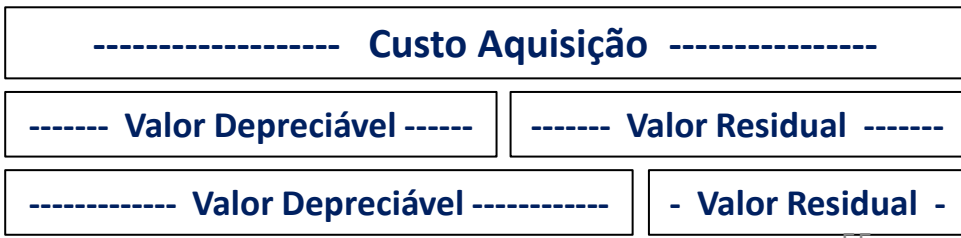
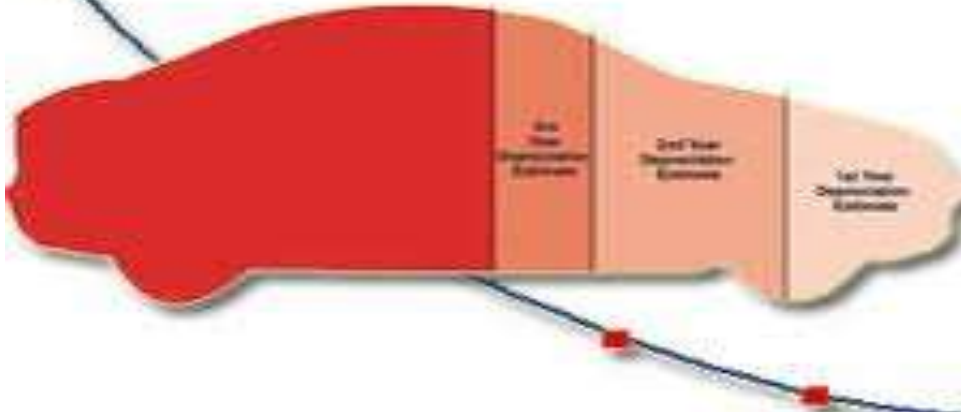
Teste



Vida Útil	✓
Valor do Custo	✓
Depreciação Linear	✓
Valor Contábil	✓
Componentes	?
Avaliação Vida Útil	?
Métodos de Depreciação	?
Ajuste Valor Recuperável	?
Valor Residual	?
Valor Depreciável	?

2

2.08 - Imobilizado

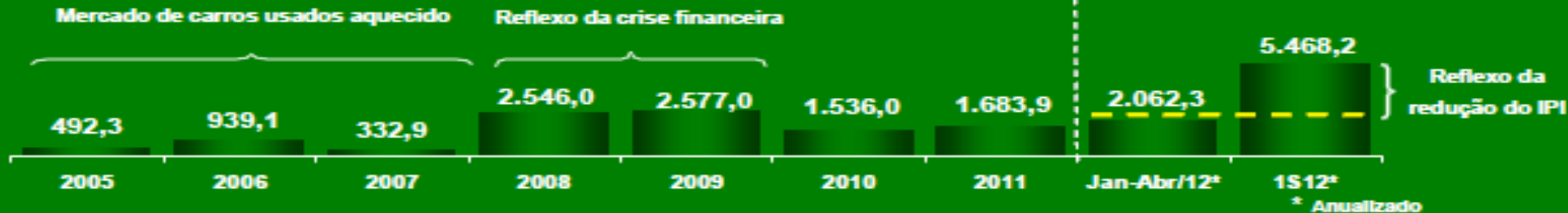




2.08 - Imobilizado

6 – Depreciação

Depreciação média por carro (R\$) - aluguel de carros





2

2.08 - Imobilizado

LEVEL UP!



NOTAS EXPLICATIVAS

2.7. Imobilizado: Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração, excluindo custos de financiamentos. A Companhia inclui no valor contábil de um item do imobilizado o custo de peças de reposição somente quando for provável que este custo lhe proporcione futuros benefícios econômicos. O valor contábil das peças substituídas é baixado e todos os outros reparos e manutenções são contabilizados como despesas do exercício, quando incorridos. A depreciação de outros ativos é calculada com base no método linear para alocação de custos, menos o valor residual durante a vida útil, que é estimada como segue:

- Computadores e periféricos - 5 anos;
- Máquinas e equipamentos - 10 anos;
- Equipamentos de telecomunicação - 5 anos;
- Instalações - 10 anos;
- Móveis e utensílios - 10 anos;
- Benfeitorias - pelo prazo do contrato, entre 4 e 5 anos.

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outros ganhos/(perdas), líquidos" na demonstração do resultado.



9. Imobilizado	Benfeitorias em Imóveis de terceiros	Máquinas e equipamentos	Computadores e periféricos	Equipamentos de telecomunicação	Móveis e utensílios	Instalações	Imobilizado Total
Custo							
Em 1º. de janeiro de 2012	629	152	8.046	27	156	41	9.051
Adições	628	64	835	59	162	-	1.748
Baixas	-	(3)	(94)	(1)	(1)	-	(99)
Em 31 de dezembro de 2012	<u>1.257</u>	<u>213</u>	<u>8.787</u>	<u>85</u>	<u>317</u>	<u>41</u>	<u>10.700</u>
Depreciação acumulada							
Em 1º. de janeiro de 2012	(252)	(31)	(5.102)	(27)	(44)	(30)	(5.486)
Adições	(217)	(21)	(1.011)	(9)	(30)	(4)	(1.292)
Baixas	-	3	83	1	1	-	88
Em 31 de dezembro de 2012	<u>(469)</u>	<u>(49)</u>	<u>(6.030)</u>	<u>(35)</u>	<u>(73)</u>	<u>(34)</u>	<u>(6.690)</u>
Valor contábil	<u>788</u>	<u>164</u>	<u>2.757</u>	<u>50</u>	<u>244</u>	<u>7</u>	<u>4.010</u>
Em 1º. de janeiro de 2012	<u>377</u>	<u>121</u>	<u>2.945</u>	-	<u>112</u>	<u>11</u>	<u>3.566</u>
Em 31 de dezembro de 2012	<u>788</u>	<u>164</u>	<u>2.757</u>	<u>50</u>	<u>244</u>	<u>7</u>	<u>4.010</u>

LEVEL UP!





2.09 - Intangível

2.8. Ativos intangíveis: Marcas registradas e licenças: As marcas registradas e as licenças (incluindo licenças de *software*) adquiridas separadamente são demonstradas pelo custo histórico menos amortização e perdas por *impairment* acumuladas. As marcas registradas, as licenças (incluindo licenças de *software*) são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição, uma vez que têm vida útil definida e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos amortização e provisões para perdas por *impairment* acumuladas. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das licenças e relações contratuais com clientes durante sua vida útil estimada, como segue:

- Licenças de *software* – entre três e cinco anos.

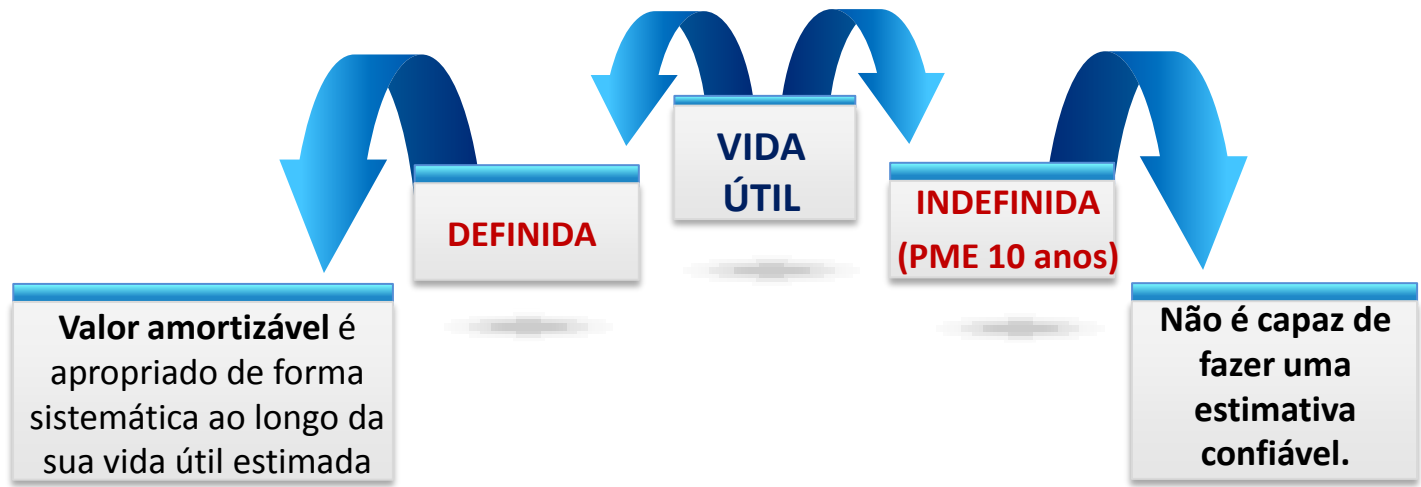
LEVEL UP!





2

2.09 - Intangível



Revisar quando há indicação de mudança do valor residual ou da vida útil.

INICIAL

Assumir que o valor residual é zero quando não existir um compromisso de venda e um mercado ativo.



5

10. Intangível	<i>Software</i>		<i>Software em</i>	
Custo	(*)	Marcas	desenvolvimento	Total
Em 1º. de janeiro de 2011	9.229	231	1.993	11.453
Adições	261	94	3.127	3.482
Baixas	(1.637)	-	-	(1.637)
Transferências	2.073	-	(2.073)	-
Em 31 de dezembro de 2012	<u>9.926</u>	<u>325</u>	<u>3.047</u>	<u>13.298</u>
Amortização acumulada				
Em 1º. de janeiro de 2011	(5.734)	-	-	(5.734)
Adições	(1.326)	-	-	(1.326)
Baixas	1.536	-	-	1.536
Provisão para desvalorização	(313)	-	-	(313)
Em 31 de dezembro de 2012	<u>(5.837)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(5.837)</u>
Valor contábil	<u>4.089</u>	<u>325</u>	<u>3.047</u>	<u>7.461</u>
Em 1º. de janeiro de 2012	<u>3.089</u>	<u>231</u>	<u>1.993</u>	<u>5.313</u>
Em 31 de dezembro de 2012	<u>4.089</u>	<u>325</u>	<u>3.047</u>	<u>7.461</u>

(*) Amortizado de acordo com a vigência de cada contrato. O valor de R\$ 3.047 referente ao direito de uso de software de outros jogos não estão sendo amortizados, uma vez que tais jogos ainda não foram lançados. A Companhia possui saldo de provisão para perdas dos jogos em 31 de dezembro de 2012 no montante de R\$ 313 (R\$ 407 em 31 de dezembro de 2011), decorrente de valores recuperáveis inferiores aos seus valores contábeis, determinado com base em fluxo de caixa líquido descontado.



2.10 - Redução ao Valor Recuperável dos Ativos





2.10 - Redução ao Valor Recuperável dos Ativos

Unidade Geradora de Caixa

UGC

1

É o menor grupo de ativos que gera entradas de caixa que são em grande parte independentes das entradas de caixa provenientes de outros ativos ou grupos de ativos.

2

A identificação de uma unidade geradora de caixa requer julgamento.

3

Se o valor recuperável não puder ser determinado para cada ativo, a entidade identificará o menor grupo de ativos que geram entradas de caixa, em grande parte independentes.



2.10 - Redução ao Valor Recuperável dos Ativos

2.9 Provisões para perdas por *impairment* em ativos não financeiros, exceto estoques: Os ativos sujeitos à depreciação ou amortização são revisados anualmente para verificação do valor recuperável. Quando houver indício de perda do valor recuperável (*impairment*), o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa à qual o ativo tenha sido alocado) é testado. Uma perda é reconhecida pelo valor em que o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo (ou de uma UGC), menos as despesas de venda, e o valor em uso. Para fins de avaliação de perda, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros que tenham sofrido *redução*, com exceção do ágio, são revisados para identificar uma possível reversão da provisão para perdas por *impairment* na data do balanço.

LEVEL UP!





2.11 - Contas a Pagar Fornecedores

2.9 - Fornecedores: As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva.





2.12 - Empréstimos e Financiamentos

2.10 - Empréstimos: Os empréstimos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação (ou seja, pelo valor a pagar ao banco, incluindo os custos da transação) e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado. As despesas com juros são reconhecidas com base no método de taxa de juros efetiva e incluídas em despesas financeiras. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.





2.13 - Imposto de Renda e Contribuição Social

2.14 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido: As despesas fiscais do período compreendem o imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias decorrentes das diferenças entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras, ou de prejuízos ou créditos fiscais não utilizados. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados com base em alíquotas de imposto e leis fiscais em vigor, ou substancialmente promulgadas, na data-base das demonstrações financeiras. O valor contábil do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos é avaliado anualmente e uma provisão para desvalorização é estabelecida quando o valor contábil não pode ser recuperado com base no lucro tributável, presente ou futuro.

LEVEL UP!





14. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos:
(a) Composição do saldo e movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	1.684	2.432
Diferenças temporárias		
Provisão para contingência	168	119
Provisão para desvalorização de ativos	210	192
Outras diferenças temporárias	<u>147</u>	<u>302</u>
Total de impostos diferidos	<u>2.209</u>	<u>3.045</u>

A Companhia, com base em projeções de resultados de exercícios futuros aprovados pela Diretoria, estima recuperar os créditos tributários registrados no ativo não circulante nos seguintes exercícios:

	<u>2012</u>
2013	703
2014	<u>1.506</u>
	<u>2.209</u>

LEVEL UP!





(b) Reconciliação da despesa do imposto de renda e contribuição social

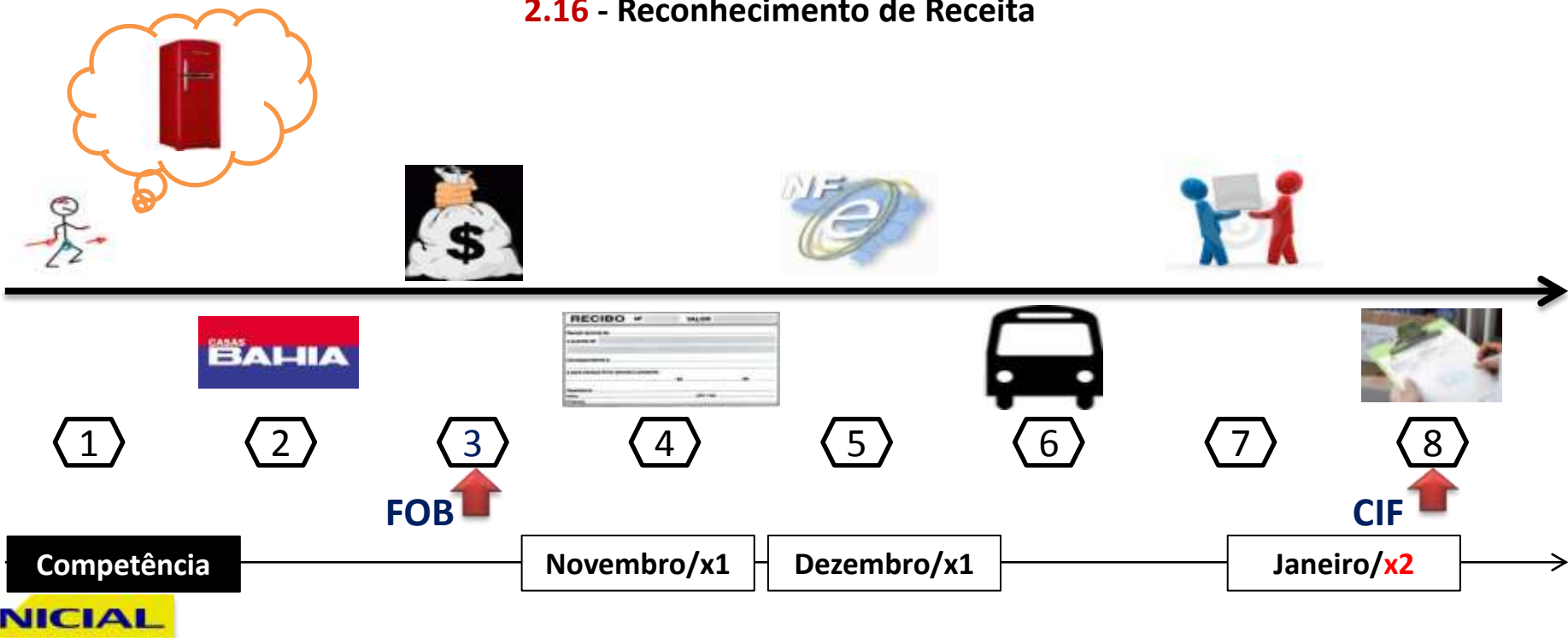
	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	7.770	14.830
Allquota vigente - %	<u>34</u>	<u>34</u>
	(2.642)	(5.042)
Efeito do imposto de renda e da contribuição social sobre exclusões permanentes		
Exclusões relacionadas à gastos com inovação tecnológica – Lei no 11.196 (Lei do Bem)	235	–
Adições relacionadas à remuneração dos administradores	(75)	(99)
Outras adições permanentes	(12)	(54)
Outros	<u>(32)</u>	<u>113</u>
Despesa com imposto de renda e contribuição social registrada no resultado do exercício	<u>(2.526)</u>	<u>(5.082)</u>
Allquota efetiva - %	<u>32,5</u>	<u>34,2</u>

LEVELUP!





2.16 - Reconhecimento de Receita





2.16 - Reconhecimento de Receita

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro		
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma		
	2012	2011
Operações continuadas		
Receita de vendas e serviços (Nota 17)	48.686	52.525
Custo das vendas e serviços (Nota 18)	(20.163)	(21.005)
Lucro bruto	28.523	31.520
Despesas com vendas (Nota 18)	(4.803)	(4.406)
Despesas gerais e administrativas (Nota 18)	(15.070)	(12.519)
Outros ganhos (perdas), líquidos	(119)	
Lucro operacional	8.531	14.595
Receitas financeiras (Nota 19)	1.908	1.996
Despesas financeiras (Nota 19)	(2.669)	(1.761)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	(761)	235
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	7.770	14.830
Imposto de renda e contribuição social (Nota 14)	(2.526)	(5.082)
Lucro líquido do exercício	5.244	9.748

Não houve outros resultados abrangentes nos exercícios apresentados, portanto, não é necessária apresentação da demonstração do resultado abrangente.

“Pratique ou Explique”

LEVEL CP!



(Item 8.4c)



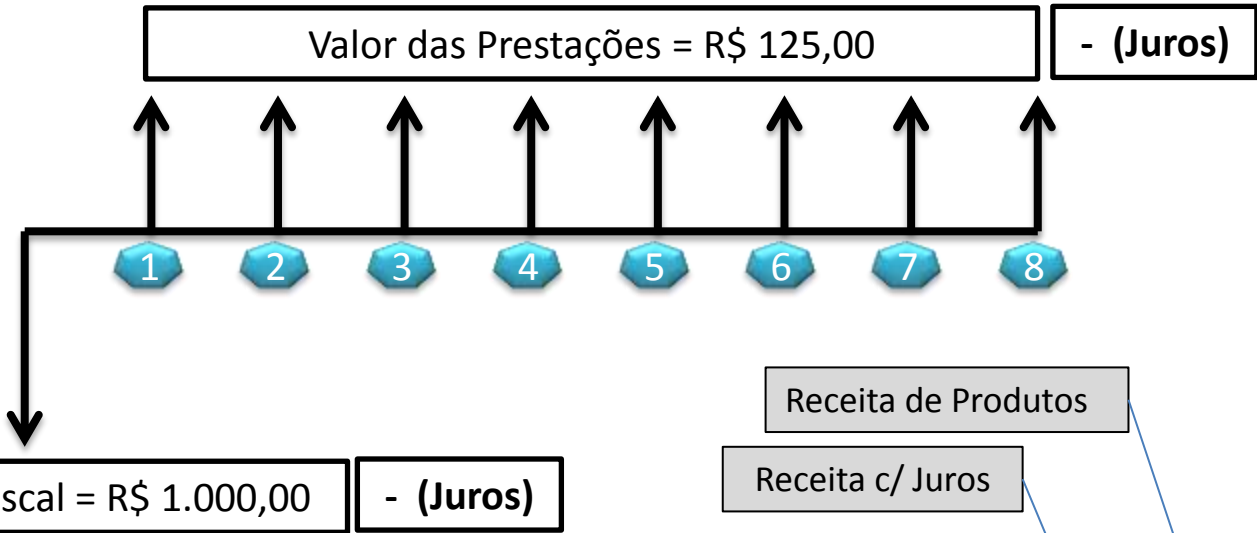
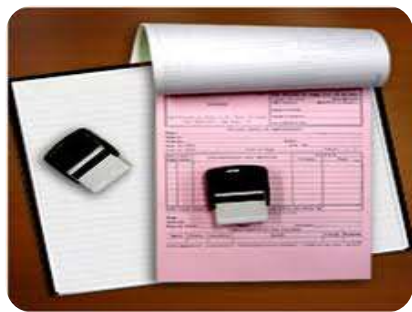
2.16 - Reconhecimento de Receita

2.13. Reconhecimento da receita: A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos. Geralmente, o montante de receitas brutas é equivalente ao valor das notas fiscais emitidas. A Companhia reconhece a receita quando: **(a)** o valor da receita pode ser mensurado com segurança; **(b)** é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Companhia; e **(c)** critérios específicos tenham sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguinte: **(i) Business to Business (B2B):** venda de créditos de jogos para Pessoa Jurídica; **(ii) Business to Consumer (B2C):** proveniente do acesso aos jogos, pelos usuários pessoa física; **(iii) Publicidade:** proveniente das inserções publicitárias quando são levadas ao ar no site da Companhia **(iv) Revista:** venda de revistas pelo distribuidor.



CÁLCULO AVP CONTAS A RECEBER

INICIAL



Taxa de Juros	1,00%	CÁLCULO VALOR PRESENTE LÍQUIDO								
Parcelas	1	2	3	4	5	6	7	8		
VP	-R\$ 123,76	-R\$ 122,54	-R\$ 121,32	-R\$ 120,12	-R\$ 118,93	-R\$ 117,76	-R\$ 116,59	-R\$ 115,44	-R\$ 956,46	
Vlr Fatura	125,00	125,00	125,00	125,00	125,00	125,00	125,00	125,00	1.000,00	
Juros Mês	1,24	2,46	3,68	4,88	6,07	7,24	8,41	9,56	43,54	
Juros Acumulado	1,24	3,70	7,38	12,25	18,32	25,57	33,98	43,54		

CONTABILIZAÇÃO - AVP CONTA A RECEBER

Contas a Receber

1	1.000,00	125,00	3
		125,00	4

Receita

	1.000,00	1
--	----------	---

AVP – Redutora Ativo

3	1,24	43,54	2
4	2,46		

AVP – Dedução Receita

2	43,54	
---	-------	--

Receita Financeira

	1,24	3
	2,46	4

Banco

3	125,00	
4	125,00	

- | | |
|---|---|
| 1 | Contabilização pela emissão da nota fiscal |
| 2 | Contabilização do Ajuste a Valor Presente dos pagamentos futuros |
| 3 | Pagamento primeira parcela e reconhecimento da respectiva Receita Financeira. |



2.17 - Ajuste ao Valor Presente

Ajuste a valor presente de ativos e passivos: Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita e, em certos casos, implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, desta forma, não registrou nenhum ajuste.



6. Contas a receber de clientes	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Contas a receber de clientes – cartão de crédito	1.101	1.201
Contas a receber de clientes – boleto bancário	<u>2.405</u>	<u>2.117</u>
	<u>3.506</u>	<u>3.318</u>

Em contas a receber de clientes, a Companhia reconheceu uma provisão para créditos de liquidação duvidosa, devido à inadimplência, no valor de R\$ 13 (2011 - R\$ 11).

LEVEL UP!





2.14 - Benefícios a Empregados

Benefícios a empregados: Não existem benefícios pós-emprego, tais como pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida e assistência pós-emprego, outros benefícios de longo prazo a empregados, incluindo licença por anos de serviço ou outras licenças, jubileu ou outros benefícios por anos de serviço, remuneração baseada em ações e benefícios de rescisão de contrato de trabalho com exceção dos previstos em acordo coletivo da categoria.



“Pratique ou Explique”



8. Direitos autorais antecipados	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Desenvolvedores de jogos	<u>3.518</u>	<u>563</u>
	<u>3.518</u>	<u>563</u>

Os direitos autorais referem-se aos valores antecipados como garantia à aquisição de licenças de uso dos jogos comercializados. As antecipações são amortizadas como custo ao resultado quando os créditos dos jogos são utilizados.





11. Fornecedores	2012	2011
Fornecedores nacionais	1.214	2.168
Fornecedores estrangeiros	8.716	4.654
	<u>9.930</u>	<u>6.822</u>
Circulante	<u>9.337</u>	<u>6.278</u>
Não circulante	593	544

LEVEL UP!





12. Obrigações sociais	2012	2011
INSS a recolher	166	139
FGTS a recolher	43	36
Participação nos lucros e bônus	160	248
Provisão de férias	580	471
Outros	78	64
	<u>1.027</u>	<u>958</u>

LEVEL UP!





13. Impostos a compensar e a recolher	<u>2012</u>	<u>2011</u>
PIS a recolher	50	67
COFINS a recolher	225	305
ISS a recolher	94	102
Outros	31	58
	<u>400</u>	<u>532</u>

LEVEL UP!





2.11. Provisões: As provisões são reconhecidas quando: (a) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (b) é **provável** que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (c) o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, com o uso de uma taxa antes do imposto que reflita as avaliações atuais do mercado para o valor do dinheiro no tempo e para os riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.



15. Provisão para contingências: Em 31 de dezembro de 2012 a Companhia possui registrado o montante de R\$ 495 (2011 – R\$ 250) referente à contingência de processos cíveis com probabilidade de perda provável. A Companhia não possui processos na esfera trabalhista ou em qualquer outra esfera jurídica.

	<u>Ações judiciais</u>
Em 1º de janeiro de 2012	350
No resultado	
Provisões adicionais durante o ano	202
Valor baixado contra a provisão durante o ano	(50)
Valores não utilizados e estornados	(7)
Em 31 de dezembro de 2012	<u>495</u>

A Companhia também possui demandas judiciais de natureza cível no montante de R\$ 51 (2011 – R\$ 47), cujo prognóstico de perda são avaliados pelos seus advogados como possível e, portanto, não foram provisionadas.



17. Receitas por natureza	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Venda de crédito – Pessoa Jurídica	16.289	16.634
Venda de crédito – Pessoa Física	33.154	37.081
Publicidade	1.614	1.242
Venda de revista	3.594	3.964
	<u>54.651</u>	<u>58.921</u>
Impostos sobre faturamento	(5.965)	(6,396)
	<u><u>48.686</u></u>	<u><u>52.525</u></u>

LEVEL UP!



Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro		
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma		
Operações continuadas	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Receita de vendas e serviços (Nota 17)	48.686	52.525



18. Despesas por natureza	2012	2011
Custo das vendas de revistas	2.248	1.904
Custo de direitos autorais	14.918	16.377
Custos de tecnologia	528	662
Amortização de licença de software	1.326	1.258
Despesas com pessoal	9.158	7.796
Despesa com propaganda e marketing	4.803	4.406
Depreciação	1.292	751
Despesas administrativas	3.805	2.793
Outros	1.958	1.983
	<u>40.036</u>	<u>37.930</u>

LEVEL UP!





19. Resultado financeiro	2012	2011
Perdas cambiais	(1.713)	(1.328)
Outras despesas financeiras	(956)	(433)
Despesas financeiras	(2.669)	(1.761)
Receita de juros sobre aplicação financeira	194	849
Ganhos cambiais	1.362	767
Outras receitas financeiras	352	380
Receitas financeiras	1.908	1.995
Despesas financeiras, líquidas	(761)	235





(a) Remuneração do pessoal-chave da administração: O pessoal-chave da administração inclui o Conselho da Administração (diretores executivos e não executivos) e todos os administradores da Companhia. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração por serviços prestados em 31 de dezembro de 2012 é de R\$1.122 (2011 – R\$ 825).





8. Eventos subsequentes: Não ocorreram até a presente data quaisquer outros eventos que pudessem alterar de forma significativa as demonstrações contábeis, bem como as operações da Companhia.

“Pratique ou Explique”

BEISA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S/A.





37 - Aprovação para Emissão das demonstrações Financeiras: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram aprovadas para emissão pelo Conselho de Administração em reunião ocorrida em 27 de março de 2013.

Full

EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S.A.

Deloitte.

